

Relatório da Administração

O Banco KDB do Brasil S.A. (KDB Brasil) é uma subsidiária do Banco Korea Development Bank "KDB", instituição financeira do governo sul coreano. O KDB é o Banco comercial líder no mercado financeiro coreano e exerce um papel fundamental no crescimento econômico e no avanço da indústria da Coreia.

O KDB Brasil tem como objetivo principal o financiamento, a curto e longo prazo, do comércio e da indústria em geral, incluindo financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital físico e de giro, financiamento de projetos do tipo "project finance" e Social Overhead Capital (SOC) projects: projetos

relativos à infra-estrutura de áreas públicas, tais como rodovias, portos, aeroportos, metrô, sistemas de energia elétrica e redes de água e esgoto.

São Paulo, 31 de dezembro de 2010

A Administração

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2010 e 2009

	2010	2009
Ativo	508.485	585.316
Circulante	652	1.827
Disponibilidades	17.664	121.411
Ativos a prazos financeiros de liquidez	165.972	92.141
Aplicações em operações compromissadas	760	13.385
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.732	16.018
Aplicações em moedas estrangeiras	329.978	461.512
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	188.225	461.512
Carteira própria	141.753	-
Vinculados ao Banco Central do Brasil	115	34
Relações interfinanceiras	115	34
Depósito compulsório	115	34
Outros créditos	2.266	1.302
Créditos tributários	1.578	94
Impostos e contribuições a compensar	102	7
Outros valores	581	552
Depósitos judiciais	5	649
Outros valores e bens	10	97
Despesas antecipadas	10	97
Realizável a longo prazo	273.606	360.815
Aplicações em operações compromissadas	-	75.964
Aplicações em moedas estrangeiras	-	75.964
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	273.606	271.639
Carteira própria	242.691	126.387
Vinculados à prestação de garantias	30.915	77.912
Vinculados ao Banco Central do Brasil	-	67.143
Operações de crédito	-	13.212
Financiamentos	-	13.278
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(66)
Permanente	375	594
Investimentos	10	5
Outros investimentos	10	5
Imobilizado de uso	362	491
Imobilizações de uso	1.186	1.144
Depreciações acumuladas	(824)	(653)
Diferido	3	98
Gastos de organização e expansão	523	523
Amortizações acumuladas	(520)	(425)
Total do ativo	782.466	946.725

	2010	2009
Passivo	862.587	883.404
Circulante	220.100	74.528
Depósitos à vista	4.308	1.229
Depósitos a prazo	215.792	53.660
Depósitos interfinanceiros	-	19.639
Relações interdependências	6.791	-
Relações interdependências	6.791	-
Obrigações por empréstimos e repasses	632.771	805.278
Empréstimos no exterior	632.771	805.278
Instrumentos financeiros derivativos	-	686
Operações com ativos financeiros e mercadorias	2.925	686
Outras obrigações	220	212
Cobrança arrecadação tributos e assemelhados	189	120
Fiscais e previdenciárias	289	234
Divulgação e intermediação de valores	1.198	-
Negocias	1.318	2.558
Exigível a longo prazo	1.065	39.553
Depósitos	1.065	26.433
Depósitos a prazo	1.065	19.869
Depósitos interfinanceiros	-	6.564
Obrigações por empréstimos e repasses	-	13.120
Repasses no país - Instituições oficiais - BNDES	10	62
Resultado de exercícios futuros	10	62
Resultado de exercícios futuros	(81.196)	23.706
Capital	175.509	67.531
De domiciliados no exterior	-	401
Reserva de capital	-	401
Reserva de lucros	829	829
(-) Ajustes ao valor de mercado - TVM	(2.366)	(141)
Prejuízos acumulados	(255.168)	(44.914)
Total do passivo	782.466	946.725

Demonstrações do resultado - Semestre findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009

	2º semestre	2010	2009
Receitas da intermediação financeira	(79.655)	(143.881)	(5.413)
Operações de crédito	-	375	1.917
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(75.721)	(133.317)	64.217
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(13.291)	(2.226)	(233.582)
Resultado de operações câmbio	9.357	(8.713)	162.035
Despesas da intermediação financeira	(29.279)	(55.886)	(44.520)
Operações de captações no mercado	(5.627)	(8.678)	(32.157)
Operações de empréstimos e repasses	(24.102)	(47.278)	(12.443)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	70	80
Resultado bruto da intermediação financeira	(109.384)	(199.767)	(49.933)
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.977)	(10.330)	(10.604)
Despesas de pessoal	15	45	37
Receitas de prestação de serviços	(3.908)	(5.991)	(5.617)
Outras despesas administrativas	(1.989)	(3.922)	(4.372)
Despesas tributárias	(31)	(522)	(732)
Outras receitas operacionais	226	269	268
Outras despesas operacionais	(190)	(209)	(178)
Resultado operacional	(114.361)	(210.977)	(60.537)
Resultado não operacional	(112)	(157)	(74)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(114.473)	(210.254)	(60.611)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-
Provisão para imposto de renda	-	-	-
Provisão para contribuição social	-	-	-
Impostos diferidos	-	-	-
Participações no lucro	-	-	(64)
Resultado do semestre/exercício	(114.473)	(210.254)	(60.675)
Prejuízo por lote de mil ações em R\$	(64,13)	(117,78)	(0,8985)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Semestre findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009

	2º semestre	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(114.473)	(210.254)	(60.675)
Prejuízo	142,20	268	291
Depreciações e amortizações	14.401	61.644	-
Provisão para perdas com títulos e valores mobiliários	(27.082)	(27.086)	-
Reversão desvalorização de títulos livres	(401)	(401)	-
Reversão alienação de atualização de valores patrimoniais	(5)	(4)	-
Lucro na alienação de vendas do ativo	(175,83)	(60.384)	-
Lucro líquido operacional	207.679	626.006	626.006
Varição de ativos e passivos:			
Redução (aumento) em aplicações de investimentos de liquidez	86.423	95.875	125.491
Redução (aumento) em títulos e valores mobil. e instrumentos financeiros e derivativos	(26.519)	95.009	407.482
Redução (aumento) em créditos interfinanceiros	(42)	(80)	2.000
Redução em operações de relações	13.212	16.800	-
Redução (aumento) em outros créditos	(1.612)	(964)	112.513
Redução (aumento) em outros valores e bens	37	16	-
Aumento (redução) em outras obrigações	43	12	(2.106)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	(25)	(52)	(3.287)
Aumento (redução) em relações interdependências	6.791	6.791	(406)
Ajuste a valor de mercado título disponível para Venda	(2.280)	(2.225)	1.323
Caixa líquido original (aplicado) nas atividades operacionais	(64.611)	31.832	599.622
Atividades de investimentos:			
Aquisição de investimentos	(1)	(4)	417
Alienação de imobilizado de uso	3	3	-
Aquisição de imobilizado de uso	(9)	(45)	(47)
Caixa líquido original (aplicado) em atividades de investimentos	(7)	(46)	370
Atividade de Financiamento			
Aumento (redução) em depósitos	172.104	120.204	(152.960)
Aumento (redução) em depósitos de mercado aberto	-	-	(453.011)
Aumento (redução) em empréstimos e repasses	(14.183)	(185.627)	(21.834)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros e derivativos	(686)	(686)	(31.743)
Aumento de capital por subscrição	-	107.978	-
Caixa líquido original (aplicado) em atividades de financiamento	157.921	41.869	(578.332)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	93.253	73.656	61.620
Modificação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	73.371	92.968	31.708
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	166.624	166.624	92.968
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	93.253	73.656	61.620

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestre findo em 31 de dezembro de 2010 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

	Capital	Reserva de capital	Reserva de lucros - 2010	Ajustes ao valor de mercado	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	67.531	829	15.762	-	83.057	167.119
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	1.325	-	1.325
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	1.325	1.325
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(60.676)	(60.676)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	67.531	829	15.762	(141)	23.706	107.978
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	(2.225)	-	(2.225)
Reserva de atualização títulos patrimoniais	-	(401)	-	-	-	(401)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(210.254)	(210.254)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	175.509	829	15.762	(2.366)	(81.196)	175.509
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	(86)	-	(86)
Reversão atualização títulos patrimoniais	-	-	-	-	(2.280)	(2.280)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(114.473)	(114.473)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	175.509	829	15.762	(2.366)	(81.196)	175.509

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2010 e 2009

1. Contexto operacional: O Banco KDB do Brasil S.A. (Banco) foi constituído em 7 de outubro de 2005, tendo obtido a autorização para funcionamento do Banco Central do Brasil - BACEN em 18 de outubro de 2005, como banco múltiplo, realizando operações e serviços bancários por intermédio das carteiras comercial e de investimento, além da execução de operações no mercado de câmbio. O Banco é uma subsidiária do The Korea Development Bank "KDB", instituição financeira do governo sul coreano. O KDB é o banco comercial líder no mercado financeiro coreano e exerce um papel fundamental no crescimento econômico e no avanço da indústria da Coreia. O Banco recebeu em janeiro de 2011, aporte de capital da matriz no valor de R\$ 149.460 milhões para continuarmos a trabalhar na renegociação e recuperação dos créditos em curso anormal. A partir do 2º semestre de 2011 o Banco tem planos de retomar as operações normais gradualmente com novos produtos e produtos, considerando a adequação do capital e o

b) Classificação por categoria e prazos:

	Sem vencimento/Até 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de custo	Ajuste de mercado (i)	Provisão para perdas
Disponíveis para venda						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8.387	30.915	39.302	39.386	(84)	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	141.753	-	141.753	142.020	(267)	-
Cédula de Crédito Bancário - CCB (ii)	5.728	39.972	45.700	140.104	(6.525)	(87.879)
Aplicações em Eurobonds	16.608	54.053	70.661	71.878	599	(1.816)
Fundos de Investimentos - FIDC (iii)	46.661	126.271	172.932	172.932	-	-
FIDC Sabemi Financeiro	491	-	7.491	7.491	-	-
FIDC Omni Veículos	10.252	-	10.252	10.252	-	-
FIDC Trendbank Fomento	-	126.271	126.271	126.271	-	-
Agro Brasil e Precatórios FIDC	28.918	-	28.918	28.918	-	-
Não-Pradonizados (exclusivo)	-	-	-	-	-	-
Fundos de Inv. Multimercados - FIM (iii)	100.761	-	102.863	102.863	-	-
Porto FI Multimercado	-	-	2.102	2.102	-	-
Fundo de Investimento - Discretionary	-	-	-	-	-	-
Equity Focus MM FI	255	-	255	255	-	-
Madri FI no Exterior Multimercado - Crédito Privado (exclusivo)	100.506	-	100.506	100.506	-	-
Títulos Públicos Federais - Precatórios	7.745	20.293	28.038	28.038	-	-
Ações de companhias abertas	2.335	-	2.335	1	2.334	-
Total	329.978	273.606	603.584	697.222	(3.943)	(89.695)

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), subsidiárias do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Em 31 de dezembro de 2008 foi adotada pela primeira vez as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/08 e Lei nº 11.941, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil (BACEN), que visa a convergência das normas brasileiras de contabilidade para as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Normas Contábeis do Conselho CFC. Em 31 de dezembro de 2010, os seguintes pronunciamentos haviam sido homologados pelo BACEN e, portanto, aplicáveis às instituições financeiras: CPC01 - Redução ao valor recuperável de ativos; CPC03 - Demonstração dos fluxos de caixa; CPC05 - Divulgação sobre partes relacionadas; CPC25 - Provisões, ativos e passivos contingentes em atendimento à esta legislação, foi preparada a DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa. As demais mudanças introduzidas pela referida Lei e Medida Provisória não geraram efeitos significativos. Na elaboração das demonstrações financeiras, certos valores são registrados por estimativa as quais são estabelecidas com a aplicação de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões para perdas sobre títulos e valores mobiliários, provisões judiciais, entre outros. A Administração da Companhia revisa periodicamente as estimativas e premissas. A categoria de liquidações envolvendo essas estimativas poderá resultar em ganhos ou perdas diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de maio de 2011.

3. Principais práticas contábeis: **a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, índices e taxas oficiais sobre ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e passivos de mercado aberto e aplicações em depósitos, em títulos interfinanceiros, cujo prazo das operações e a data efetiva da sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo. Os valores estão apresentados, abaixo:

	Junho/2010	2010	2009
Disponibilidades	7.141	652	827
Aplicações em operações compromissadas	66.230	165.972	92.141
Total	73.371	166.624	92.968

c) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intencionalidade, em três categorias: (i) títulos classificados na categoria para negociação são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos na demonstração do resultado. (ii) Os títulos classificados na categoria disponível para venda são apresentados no ativo circulante e realizável a longo prazo de acordo com seu vencimento, pelo seu valor de mercado. Os ajustes ao valor de mercado desses títulos são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários. (iii) Os títulos classificados na categoria disponível para venda são apresentados no ativo circulante e realizável a longo prazo de acordo com seu vencimento, pelo seu valor de mercado. Os ajustes ao valor de mercado desses títulos são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários. **d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção ("hedge"). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, e que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos de ganhos e perdas administradas a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionado no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. **e) Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São demonstrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos e variações monetárias (em base "pro rata temporis") e cambiais auferidos e ajustado por provisão para ajuste a valor de mercado ou da realização, quando aplicável. **f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao risco, levando em consideração a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação a operação, aos procedimentos adotados, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 682/09 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As provisões para créditos de liquidação duvidosa, são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para atender a eventuais perdas na realização de créditos de acordo com os critérios estabelecidos pelo BACEN. **g) Imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo 10% para equipamentos do uso, instalações, móveis e utensílios, sistemas de comunicação e de segurança e 20% para sistemas de processamento de dados e equipamentos de sistema financeiro. Os custos de aquisição e gastos com desenvolvimento logístico, e são amortizáveis com base na vigência dos direitos contratuais e a taxa anual de 20%. **h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment):** É reconhecida uma perda por Impairment se o valor contábil de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por Impairment, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por Impairment. Em 31 de dezembro de 2010 não foram identificados ativos registrados com indicação de perda por Impairment. **i) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata temporis") e cambiais incorridos. **j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à al

A Diretoria

Valdemir Rodrigues dos Santos - Contador - CRC 1SP111087/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas do **Banco KDB do Brasil S.A.**
Examinamos as demonstrações financeiras do **Banco KDB do Brasil S.A.** ("Banco"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de

procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco KDB do Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase: Em 31 de dezembro de 2010 o Banco apresentou patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 81.196, decorrente principalmente da constituição de provisão para perdas sobre títulos e valores mobiliários, e insuficiência de capital regulatório mínimo requerido para fins do índice Basileia. A fim de ajustar temporariamente os requerimentos de capital, o Banco vinculou junto ao Banco Central do Brasil, durante o segundo semestre de 2010, o montante de R\$ 139.926 mil em Letras do Tesouro Nacional - LTN, aumentando o índice de capital para 15,21% em 31 de dezembro de 2010 (nota 16). A regularização definitiva do patrimônio líquido e do capital mínimo ocorreu em 2011, com aumento de capital de R\$149.460 mil (nota 18), aprovado pelo Banco Central do Brasil em 1º de fevereiro de 2011.

São Paulo, 25 de maio de 2011

 **ERNST & YOUNG TERCO***Quality In Everything We Do***Ernst & Young Terco****Auditores Independentes S.S.**

CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC-1SP184050/O-6